



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

92
e

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0328702-3
APELANTE: Samuel de Lima Avila
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENA DE SUSPENSÃO APLICADA SEM O DEVIDO PROCESSO LEGAL. REFORMA DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. APELAÇÃO CÍVEL PROVIDA, À UNANIMIDADE. 1. No caso vertente, insurge-se o autor, ora apelante, contra a pena disciplinar de suspensão a ele imputada pela Administração, sem a observância das diretrizes encartadas nos arts. 214 e seguintes do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco – Lei Estadual nº 6.123/68, no capítulo que trata do procedimento administrativo. 2. Segundo defende o apelante, a sua responsabilização administrativa ocorreu sem a nomeação de comissão processante para tal desiderato, indicação antecipada das irregularidades ou infrações a ele atribuídas, remissão a documentos e depoimentos que apontassem a sua conduta, oitiva de testemunhas, nomeação de defensor e sem a garantia da mais ampla defesa. 3. Em suma, averba o apelante a inobservância da cláusula do devido processo legal prevista no art. 5º, LIV da CF/88. 4. O Estado, a seu turno, defende a tese de que o apelante não comprovou as irregularidades no curso do procedimento administrativo contra ele instaurado, não tendo sequer juntado aos autos cópia do processo disciplinar que pretende impugnar. 5. Na espécie, o ofício nº DG/667-2005 revela que, em 07 de setembro de 2005, o Diretor Geral do Hospital Barão de Lucena solicitou “a adoção de medidas disciplinares cabíveis para aplicação de penalidade de SUSPENSÃO (...)”, em virtude de comunicado da chefia imediata do servidor acerca da ausência de abastecimento das caixas d’água para suprimento do hospital, salientando que se tratava de “funcionário reincidente”, “já advertido verbalmente anteriormente”. 6. No ponto, cabe assinalar que, no verso do ofício, foram exarados diversos despachos, dentre os quais a ordem de arquivamento do expediente pela Unidade de Cadastro de Pessoas, em virtude do cumprimento da decisão, através de portaria publicada no Diário Oficial do Estado em 10/11/2005. 7. A portaria em lume consigna a “homologação da decisão da pena disciplinar de suspensão por 08 (oito) dias” aplicada ao servidor SAMUEL DE LIMA AVILA, por infringência ao art. 202 da Lei nº 6.123/68. 8. Assim, do contexto probatório em lume, infere-se que a aplicação da sanção disciplinar de suspensão se deu de maneira sumária, sem a observância das formalidades legais previstas no diploma estatutário e com fundamento nos fatos apontados no Ofício nº DG/667-2005, sendo certo que não há evidência concreta nos autos de que a suspensão tenha sido aplicada em decorrência de apuração da conduta do servidor no bojo de procedimento administrativo prévio. 9. Logo, sem a existência de procedimento administrativo antecedente, em que observada a cláusula do devido processo legal, não poderia a Administração aplicar a pena disciplinar prevista no art. 202 da Lei nº 6.123/68. 10. Apelação cível provida, em ordem a reformar a sentença de primeiro grau e julgar procedente o pedido de anulação da sanção disciplinar de suspensão infligida ao apelante, com a retirada da anotação em sua ficha funcional e o consequente pagamento dos valores descontados em decorrência da ilegalidade.



93
0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0328702-3, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento à apelação cível, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0328702-3
APELANTE: Samuel de Lima Avila
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença (fls. 51) que julgou improcedente o pedido formulado na ação ordinária proposta por **Samuel de Lima Avila** contra o **Estado de Pernambuco**, tendo por objeto a anulação da punição disciplinar de suspensão aplicada sem a observância do devido processo legal, com a retirada da anotação em sua ficha funcional e pagamento dos dias descontados.

Aduziu o autor, ora apelante, em suma: (i) que é servidor estadual ocupante do cargo de encanador I da Secretaria de Saúde; (ii) que, em virtude de falta de fornecimento de água no Hospital Barão de Lucena, a diretoria do hospital determinou a instauração de um "procedimento" (sic) administrativo para apurar sua responsabilidade; (iii) que a Administração não observou os ditames do Estatuto dos Funcionários Públicos de Pernambuco no capítulo que trata do procedimento administrativo disciplinar; (iv) que foi injustamente punido com a pena de 08 (oito) dias de suspensão e com perda de parte dos seus vencimentos, em novembro de 2005, apesar de ter comparecido regularmente ao serviço e ter recebido comunicação para cumprimento da decisão posteriormente, em janeiro de 2006.

A sentença *a quo* julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que a prova documental trazida aos autos pelo autor é precária e insuficiente para comprovação dos fatos alegados na inicial, não tendo sido juntada cópia do procedimento administrativo que culminou com a aplicação da pena questionada.

Irresignado, o autor interpôs apelação, às fls. 56/61, pugnando pela reforma da sentença, e aduziu, em suma, (i) que não poderia juntar aos autos procedimento administrativo que nunca existiu; (ii) que os documentos por ele colacionados à inicial foram as únicas peças que deram ensejo a sua responsabilização, tendo sido os únicos documentos a que teve acesso, uma vez que não existiu o processo administrativo previsto no art. 214 e seguintes do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado; (iii) que caberia ao Estado "*comprovar a existência do inexistente Processo Administrativo*", com a juntada de cópia dos autos, o que não fez na sua contestação; (iv) que teve o cuidado de colocar entre aspas a palavra procedimento, na fundamentação da petição inicial, para deixar claro que não correspondia ao devido processo legal, com a observância da normatividade estabelecida no diploma estatutário; (v) que não houve, no caso concreto, nomeação de comissão processante, indicação antecipada das irregularidades ou infrações a ele atribuídas, com a remissão a documentos e depoimentos, ouvida de testemunhas, indicação de advogado para defesa do recorrente, e, após o cumprimento a essas formalidades legais, a citação do recorrente para se defender, assegurando-lhe a garantia do contraditório e da ampla defesa.

Nas contra-razões de fls. 67/71, o Estado defendeu a manutenção da sentença, sob o fundamento de que o autor/apelante não comprovou a existência de vícios no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

procedimento administrativo que culminou com a sua suspensão, e bem assim que ao Judiciário é vedado o exame do mérito administrativo.

A douta procuradoria com assento neste Tribunal deixou de emitir parecer de mérito às fls. 82/84.

É o que de relevante há a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 19 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



94
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0328702-3
APELANTE: Samuel de Lima Avila
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

No caso vertente, insurge-se o autor, ora apelante, contra a pena disciplinar de suspensão a ele imputada pela Administração, sem a observância das diretrizes encartadas nos arts. 214 e seguintes do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco – Lei Estadual nº 6.123/68, no capítulo que trata do procedimento administrativo.

Segundo defende o apelante, a sua responsabilização administrativa ocorreu sem a nomeação de comissão processante para tal desiderato, indicação antecipada das irregularidades ou infrações a ele atribuídas, remissão a documentos e depoimentos que apontassem a sua conduta, oitiva de testemunhas, nomeação de defensor e sem a garantia da mais ampla defesa.

Em suma, averba o apelante a inobservância da cláusula do devido processo legal prevista no art. 5º, LIV da CF/88.

O Estado, a seu turno, defende a tese de que o apelante não comprovou as irregularidades no curso do procedimento administrativo contra ele instaurado, não tendo sequer juntado aos autos cópia do processo disciplinar que pretende impugnar.

Pois bem.

Na espécie, o ofício nº DG/667-2005, acostado pelo autor às fls. 16, revela que, em 07 de setembro de 2005, o Diretor Geral do Hospital Barão de Lucena solicitou *“a adoção de medidas disciplinares cabíveis para aplicação de penalidade de SUSPENSÃO (...)”*, em virtude de comunicado da chefia imediata do servidor acerca da ausência de abastecimento das caixas d’água para suprimento do hospital, salientando que se tratava de *“funcionário reincidente”, “já advertido verbalmente anteriormente”*.

No ponto, cabe assinalar que, no verso do ofício, foram exarados diversos despachos, com as seguintes determinações:

- (i) em 19/10/2005, *“para as providências que se faz necessário” (sic);*
- (ii) em 20/10/2005, *“para conhecimento, e providências cabíveis”;*
- (iii) em 21/10/2005, *“solicito identificação funcional”;*
- (iv) em 31/10/2005, *“anexo identificação”;*



95
E

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(v) em 03/11/2005, "À SGP. Para conhecimento e despacho. Trata-se de aplicação de pena disciplinar de 'suspensão' por 08 (oito) dias, conforme o art. 202 da Lei nº 6123/68".

Em seguida, consta o despacho da Superintendente de Gestão de Pessoas, autorizando a expedição de portaria. E, posteriormente, a ordem de arquivamento do expediente pela Unidade de Cadastro de Pessoas, em virtude do cumprimento da decisão, através de portaria publicada no Diário Oficial do Estado em 10/11/2005, cuja cópia encontra-se colacionada às fls. 15.

A portaria em lume consigna a "homologação da decisão da pena disciplinar de suspensão por 08 (oito) dias" aplicada ao servidor SAMUEL DE LIMA AVILA, por infringência ao art. 202 da Lei nº 6.123/68.

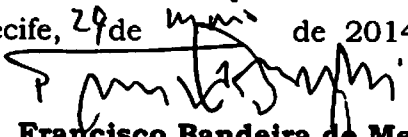
Assim, do contexto probatório em lume, tenho por certo inferir que a aplicação da sanção disciplinar de suspensão se deu de maneira sumária, sem a observância das formalidades legais previstas no diploma estatutário e com fundamento nos fatos apontados no Ofício nº DG/667-2005 (fls. 16), sendo certo que **não há evidência concreta nos autos de que a suspensão tenha sido aplicada em decorrência de apuração da conduta do servidor no bojo de procedimento administrativo prévio.**

Logo, sem a existência de procedimento administrativo antecedente, em que observada a cláusula do devido processo legal, não poderia a Administração aplicar a pena disciplinar prevista no art. 202 da Lei nº 6.123/68.

Com essa fundamentação, pela qual não vislumbro a aplicação do *due process of law* ao caso concreto, **dou provimento à apelação cível**, em ordem a reformar a sentença de primeiro grau e julgar procedente o pedido de anulação da sanção disciplinar de suspensão infligida ao apelante, com a retirada da anotação em sua ficha funcional e o consequente pagamento dos valores descontados em decorrência da ilegalidade.

Fixo os honorários de sucumbência, a serem suportados pelo Estado, em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

É o voto.

Recife, 29 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator